

A LINGUAGEM DO LOCAL E AS RÁDIOS PIRATAS – MEMÓRIA DO EPISÓDIO ‘MARCIANOS EM BRAGA’

ELSA COSTA E SILVA

UNIVERSIDADE DO MINHO

MADALENA OLIVEIRA

UNIVERSIDADE DO MINHO

Introdução

Há 25 anos, a publicação da lei da rádio, Lei 87/88, de 30 de julho, conhecida como a lei das rádios locais, iniciou um novo ciclo na atividade da radiodifusão em Portugal e pôs fim a um período efervescente de criação e dinamismo no setor, caracterizado pelo fenómeno das rádios piratas. A publicação da lei foi antecedida por um intenso debate na sociedade e nos fóruns políticos e também por iniciativas de protesto por parte dos operadores das rádios piratas, também chamadas de rádios livres. Apesar da discordância manifestada relativamente ao processo, os operadores acataram as diretivas legais, e até ao dia 24 de dezembro de 1988 calaram as emissões enquanto aguardavam o resultado do concurso público de concessão de alvarás de licenciamento. Em 1989, pouco a pouco, e à medida que as 314 licenças foram sendo atribuídas, muitas destas rádios de âmbito local voltaram a emitir.

Desde então, a radiodifusão de carácter local tem merecido pouca atenção no espaço público, apesar de configurar uma atividade de grande penetração no tecido social e no quotidiano dos portugueses. As rádios locais constituem um espaço por excelência da informação de proximidade, da criação de sentido de comunidade e de interação com os ouvintes. No entanto, a tendência tem sido para o desaparecimento do carácter local destes emissores, quer pela política de retransmissão de cadeias nacionais, quer pelo fim da obrigatoriedade de noticiários focados nas localidades, perante a manifestação de poucas preocupações por parte dos vários quadrantes da sociedade portuguesa¹. Uma das poucas vozes a lamentar o curso da radiodifusão local é a do Sindicato de Jornalistas², que através de comunicados têm questionado a atuação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e das autoridades competentes.

Apesar do que poderia fazer adivinhar o dinamismo dos anos 1980 no setor das rádios locais, a realidade da atividade tem-se revelado pontuada de contradições e fragilidades. Numa auscultação aos operadores, Feliciano Barreiras Duarte (2005) anota que os principais constrangimentos sentidos no setor são a dificuldade em angariar publicidade, deficiências a nível das condições técnicas e excesso de concorrência, esta última sobretudo na área da Grande Lisboa. Ainda que reconhecendo à radiodifusão local grandes fragilidades na sua composição empresarial, o autor (que foi também governante político com responsabilidades no setor entre 2002 e 2005) não deixa de salientar que “a informação de proximidade tem uma enorme importância social e cultural no nosso país” (2005: 92).

Também Rogério Santos (2008) denuncia a incapacidade do mercado publicitário nacional em sustentar o vasto conjunto dos projetos de rádios locais do ponto de vista financeiro. Falta de economia de escala e fraca estruturação organizacional constituem outros aspetos que com-

plicam o panorama das rádios locais. As dificuldades financeiras das empresas de radiodifusão local são também retratadas num estudo de caracterização do setor, promovido pela entidade reguladora (ERC, 2009). O trabalho, que detetou na programação das rádios locais uma presença significativa de rubricas ligadas à cultura e de componente noticiosa, deixa alguns conselhos em termos de estratégias de sustentabilidade, que passam pela consolidação de grupos como meio de alcançar economias de escala e aumentar a quota de mercado, nomeadamente através de ações de caráter multi-regional. No entanto, a abordagem de matérias como o pluralismo, a diversidade ou a informação de proximidade estão distantes das preocupações desta análise.

O papel das rádios locais na promoção do caráter local da informação é inegável. Ainda que evidenciando algum mimetismo das agendas de âmbito nacional, estas rádios tendem a aprofundar mais os acontecimentos da sua área de influência, com recurso, nomeadamente, às elites locais (Bonixe, 2003). Daí a sua importância fulcral quando se fala de informação de proximidade, não necessariamente apenas noticiosa, sendo esta a linguagem diferenciadora das rádios locais: o facto de se dirigirem a uma audiência que está perto e assumirem projetos de maior interação e integração comunitária.

Esta ligação das rádios locais à comunidade local foi um marco, desde o início das rádios piratas. E, neste sentido, importa fazer memória e contribuir para a história da rádio recuperando 'estórias' deste período que fazem o registo da proximidade e daquilo que Starkey (2012:168) chama de localismo – *localness* no original, ou seja, a capacidade de “expressar e apoiar a singularidade cultural, socio-política e económica”. O objetivo deste artigo é, pois, contribuir para a história da rádio e da sua linguagem própria, propondo uma reflexão sobre um episódio quase esquecido no contexto das rádios locais portuguesas, mas que teve grande impacto local e repercussão a nível mundial.

A 30 de outubro de 1988, a Rádio Braga, uma emissora pirata da capital do Minho, realizou uma emissão-homenagem a Orson Welles pelo 50º aniversário da transmissão da peça teatral *A Guerra dos Mundos* que se assinalava nesse dia. Um colaborador da rádio elaborou uma adaptação do texto, que foi gravado com recurso a efeitos sonoros incipientes e vozes de outros colaboradores da estação – administrativos, técnicos e jornalistas. A emissão foi anunciada em jornais locais e do Porto e na própria antena. Não obstante a divulgação da iniciativa, tal como 50 anos antes na primeira emissão deste programa, a transmissão provocou várias manifestações de pânico entre os ouvintes, com tentativas de fugas e revolta documentadas na imprensa nos dias seguintes.

Com recurso a testemunhos de colaboradores da emissora, ouvidos no âmbito de uma investigação sobre a história deste episódio, e através da consulta de jornais da época e outros documentos escritos e sonoros, o episódio e as suas repercussões são aqui reconstruídos, num quadro que convoca ainda a realidade das emissoras piratas, particularizando depois o caso da Rádio Braga para dar conta das linguagens, rotinas e singularidades do fenómeno.

As rádios piratas em Portugal: o fenómeno, a discussão e o licenciamento

Ainda que normalmente se refira o ano de 1977 como o do aparecimento das rádios piratas em Portugal, a explosão do fenómeno acontece sobretudo no início da década seguinte. O fenómeno não é exclusivo do nosso país e, na década de 1960, as rádios piratas agitavam as ondas hertzianas em países como o Reino Unido (Starkey, 2012) e a Holanda (Hoeven, 2012). A partir dos anos 1970, atingiu também a França (Dalle, 2006) e nos anos 80, à semelhança de Portugal, também a Grécia conheceu este tipo de projetos (Theodosiadou, 2010). Todos estes surtos hertzianos evidenciaram a dificuldade dos estados em lidar com a novidade, tendo a Eu-

ropa do Norte, caracterizada por monopólios estatais no setor que limitavam o leque de escolha, sido “o terreno mais fértil para as rádios piratas” (Krasner, 1991: 346).

Nestes países, a vontade de expandir o leque musical e a exploração de novas tendências no setor discográfico aparecem como um fator impulsionador do movimento das rádios piratas (Bonixe, 2012; Hoeven, 2012; Theodosiadou, 2010), ainda que a questão da liberdade, liberdade de expressão e também das ondas hertzianas, tenha tido um papel igualmente importante. O apelo de resistência contra o aparelho de Estado que estas rádios livres encerravam está, aliás, na origem do apoio que receberam em França de intelectuais como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guatarri (Dalle, 2006).

Em Portugal, parece ter sido bastante significativo o período de liberdade recente que a sociedade portuguesa vivia, nomeadamente a nível da liberdade de expressão (Bonixe, 2012), sendo que a abertura do governo à liberalização do setor radiofónico se explica ainda pelo ambiente internacional favorável ao neo-liberalismo, à desregulamentação do setor audiovisual (Sousa, 1999; Arboledas&Bonet, 2013). Por um lado, tínhamos assim um contexto político e ideológico nacional propício à exploração das recentes ferramentas tecnológicas relativamente acessíveis para criar novos contextos comunicacionais. Como explica Azevedo (2001: 113), “a história das rádios locais tornou-se (...) indissociável do processo de evolução e consolidação da democracia portuguesa”. Por outro lado, o governo maioritário de Cavaco Silva, em 1988, criou um novo enquadramento legal da radiodifusão, tal como Espanha, que previa um ajustamento ao modelo europeu, liberalizado e com tendência para a retirada do setor por parte do Estado (Arboledas&Bonet, 2013).

Até aos anos 1980, a atividade deradiodifusão em Portugal caracteriza-se essencialmente por um duopólio, constituído pelas emissoras do Estado, agrupadas na RDP, e pela Rádio Renascença, da Igreja Católica. Este modelo misto resultou, por um lado, da nacionalização dos meios de comunicação social empreendida na sequência da Revolução de abril de 1974, e, por outro, da manutenção dos direitos históricos da Igreja Católica no setor. Neste período, sem nova legislação sobre a rádio, apesar de prometida no programa do Movimento das Forças Armadas, o licenciamento de novas emissoras, ainda que solicitado, é nulo. Enquanto isso, RDP e Renascença aumentam a sua penetração no país. A rádio do Estado acrescenta à sua rede a Rádio Clube Português, Emissores Associados de Lisboa, Emissores do Norte Reunidos e a Rádio Ribatejo, ao mesmo tempo que a emissora da Igreja Católica consegue novas frequências em onda média e curta, depois de já lhe ter sido atribuída a rede de FM.

Com nomes criativos e pouco comuns, como foram os casos das rádios Caos ou Delírio (no Porto) e Imprevisto (em Lisboa), começaram a surgir estações ilegais, normalmente com um alcance de emissão limitada, e por isso chamadas de rádios locais, mas também de rádios livres ou mesmo rádios piratas. Desde cedo perseguidas pelos serviços radioelétricos dos CTT, estas emissoras foram-se afirmando, contudo, no panorama nacional a ponto de, em 1983, um projeto-lei da autoria de dois deputados do PS e PSD reconhecer que “os serviços locais de radiodifusão sonora constituirão uma resposta às necessidades de camadas do público ouvinte insatisfeitas com a programação das rádios convencionais de âmbito nacional” (Marcos, 1989: 223). Em virtude das ações de fiscalização, “os primeiros anos da década de 80 ficaram marcados pela abertura, encerramento e reabertura de muitas estações” (Azevedo, 2001: 115). Mas o fenómeno revelou-se imparável e, assim, as ações de fiscalização da autoridade competente foram diminuindo depois de 1985, altura em que “o movimento (se) tornou irreversível, embora sem enquadramento jurídico” (Mesquita, 1994: 390).

Esta afirmação no território ficou a dever-se também ao envolvimento de vários quadrantes da sociedade portuguesa, que contribuíram assim para a legitimação do movimento e para a crescente reivindicação da sua legalidade. A 17 de junho de 1984, por exemplo, uma emissão da Rádio Livre, em Lisboa, pôs no ar mais de 60 personalidades ligadas a áreas como a política, a cultura, o jornalismo ou as artes, que se pronunciaram a favor da existência das rádios livres. No ano seguinte, em Coimbra, a Rádio Universidade é inaugurada pelo próprio reitor da academia da cidade, Rui Alarcão. Igualmente no Porto, é o reitor Alberto Amaral que intervém na emissão inaugural da também Rádio Universidade, em fevereiro de 1986, lançada pela Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências. O fenómeno regista apoios da academia, mas também do poder local. Bonixe (2012) assinala o forte suporte recebido por parte de autarcas portugueses que frequentemente se associaram a ações de pressão sobre o poder central para a legalização. Em todo o país, “a audiência dos «piratas» não pode ser ignorada e cresce mês após mês” (Reis & Nunes, 1994: 399).

Azevedo (2001) identifica três momentos na evolução da implantação das rádios locais: uma primeira fase levada avante por jovens entusiastas amadores; uma segunda fase onde surge o poder local, as coletividades e associações empresariais e comerciais; finalmente, a última fase caracterizada pela presença de projetos já profissionais e tecnicamente mais competentes. Já Bonixe (2012) considera apenas dois períodos na história das rádios locais: o primeiro entre 1977 e 1984, marcado pelo amadorismo e voluntarismo dos seus animadores, e o segundo entre 1985 e 1988, com soluções mais sólidas. Independentemente da categorização temporal do movimento, parece evidente da leitura dos acontecimentos que as rádios piratas permitiram a “criação de um palco para o discurso alternativo e de carácter local” (Bonixe, 2012: 315), ou seja, dando espaço à “expressão democrática, de resposta à necessidade de descentralização” (Azevedo, 2001: 114).

Desde o início, estas rádios foram impulsionadas por colaboradores tipicamente jovens, sem experiência no setor do jornalismo ou animação audiovisual. Amadores, portanto, que faziam rádio com poucas condições técnicas ou financeiras, mas grande entusiasmo pela atividade. De facto, muitas rádios sobreviveram ao longo da década de 1980 com recurso a voluntários, que compensavam a falta de preparação profissional e técnica com voluntarismo e adesão ao que se tornou, para muitos, uma causa. A grande maioria das rádios locais surgidas até 1984 caracterizava-se assim “pela escassez de meios técnicos, humanos e financeiros, sobrevivendo, nalguns casos, de pequenas dádivas dos seus fundadores ou, numa fase mais avançada, de parcas receitas publicitárias” (Bonixe, 2012: 316).

A partir de 1985, estes projetos radiofónicos tornam-se mais sólidos e consistentes. Em alguns casos, começam a incorporar profissionais de comunicação social, como jornalistas que, sendo correspondentes de jornais de expressão nacional ou regional, ou dissidentes das emissoras nacionais, especializaram a componente informativa das rádios, uma dimensão essencial na afirmação destas estações no tecido social e político. O desporto, nomeadamente a cobertura noticiosa dos clubes e modalidades locais, assume aqui também um papel fundamental. Por um lado, temos a circunstância de as rádios locais terem permitido a muitos jovens o acesso à profissão de jornalista. Por outro, há a considerar o facto de os repórteres locais terem levado à antena os problemas dos cidadãos, ignorados pelos atores audiovisuais nacionais, “questionando os poderes políticos locais, enfim, afirmando-se como espaços de confronto e crítica social e contribuindo para a memória colectiva da comunidade” (Bonixe, 2012: 320). Esta aposta no jornalismo de proximidade corresponde ao momento da profissionalização e aprofundamento dos projetos, muitos já sem resquícios do amadorismo inicial. “Verificou-se a entrada da publicida-

de no mercado e até a medição de audiências por parte de empresas de sondagens” (Azevedo, 2001: 121), num momento também em que os equipamentos técnicos necessários à emissão radiofónica sofreram um relativo decréscimo dos custos.

A conjugação destes fatores permite uma expansão muito significativa do fenómeno. Bonixe (2012) situa em 1986 o grande *boom* das rádios locais, com o número de emissoras a crescer consideravelmente nesse ano e no seguinte, o que contribui para a consolidação das expectativas da sua legalização. A tipologia de propriedade era diversificada, incorporando rádios de empresas (algumas já do setor da comunicação social, como a Rádio Correio da Manhã), outras de cooperativas (como foi o caso da TSF, criada sob esse regime por um conjunto de jornalistas) e outras ainda propriedade de igrejas, associações desportivas ou culturais, e contando também com os projetos universitários.

As rádios locais perceberam rapidamente que a força da sua pressão para a legalização seria mais construtiva se resultasse da associação das emissoras. “O isolamento, a vulnerabilidade face à acção dos CTT e o desejo de trocar experiências e ideias forçaram o encontro de esforços das rádios ilegais” (Azevedo, 2001: 116). O primeiro encontro aconteceu apenas entre rádios do Porto, ainda em 1983, logo seguido de um novo encontro mais inclusivo em Gaia. Desta ação nasceu a Comissão Coordenadora das Rádios Livres Portuguesas, que foi organizando momentos de reflexão que envolveram atores políticos e ainda do jornalismo. Contudo, este associativismo não foi suficiente. De acordo com Bonixe (2012: 321), no período antecedente à legalização, “faltou uma estrutura representativa que liderasse as negociações com os governos da altura”.

Esta será uma das razões para que a proposta de lei, que finalmente veio a ser aprovada em 1988 para ordenar o espectro hertziano português, tenha sido altamente contestada pelas rádios locais e que a comissão consultiva, criada para decidir a atribuição dos alvarás de licenciamento, a partir de 1989, não escapasse às acusações de governamentalização. Significativo ainda foi o facto de essa comissão incluir os concorrentes das rádios locais, ou seja, dois vogais “designados um por cada uma das estações de cobertura nacional já licenciadas” (alínea f) do n.º 2 do artigo 28º da lei 87/88). Concorrentes que tinham, ao longo do processo de expansão das rádios locais, enetado estratégias de regionalização, em resposta à crescente penetração das emissoras piratas (Mesquita, 1994).

No âmbito do processo de legalização destas emissoras, uma primeira proposta foi aprovada ainda antes do definitivo ordenamento legal das rádios locais. No ano anterior, em 1987, a oposição parlamentar de Esquerda consegue fazer aprovar a proposta de lei 8/87, de 11 de março, para licenciamento de estações emissoras de radiodifusão. A proposta recolheu, desde o início, a oposição do partido do governo, como se pode ler na intervenção do deputado social-democrata Marques Mendes, numa conferência promovida pela JSD em Braga em dezembro de 1986, onde criticou a iniciativa considerando que “iria prejudicar entidades legitimamente possuidoras de emissões como a RR e a RDP” (Marcos, 1989). A legislação foi aprovada à revelia do então governo minoritário de Cavaco Silva que recolheu ainda a discordância dos responsáveis pelas rádios de Estado e da Igreja, já que estava contemplado o princípio de que as frequências já atribuídas reverteriam para o domínio público. Esta tentativa legal de fazer tábua rasa dos direitos históricos das emissoras do Estado e da Igreja – esta última particularmente afetada e tendo sido vista como a principal visada por esta lei – acabou por não ter efeitos. A primeira lei de radiodifusão publicada depois da Revolução de abril esteve pouco tempo em vigor, sendo revogada pela Lei 87/88, passado pouco menos de ano e meio, “acabando por não haver sequer tempo para a mesma produzir algum efeito jurídico” (Rabaça, 2002: 265).

O processo de legalização tomou o rumo definitivo com a aprovação da Lei 87/88, de 30 de julho e com o Decreto-Lei 338/88, de 28 de setembro, que instituiu o regime de licenciamento de estações emissoras de radiodifusão e atribuição de alvarás, criando um mapa com cerca de 400 frequências. A lei foi fortemente repudiada por partidos da Esquerda, como o PCP – que a considerou como “um mau serviço prestado ao País e à democracia” – e como o PS – que afirmou não garantir “o regime de pluralismo e da independência” (Marcos, 1989: 21). É uma lei, nas palavras de Reis & Nunes (1994), minimalista e sem novidades de maior. Numa evidente estratégia de repor a condição de legítimos emissores reivindicada, nomeadamente pela Igreja Católica, “desde logo convém salientar que estes diplomas legais se preocuparam em salvaguardar expressamente os direitos adquiridos da RDP e RR” (Rabaça 2002: 267). Uma das razões para a crítica à legislação que ordenou o espectro radiofónico local tem a ver com a criação da comissão consultiva para avaliação das candidaturas, dando pareceres ao governo sobre a atribuição de alvarás, que foi acusada “com algum fundamento de ter uma constituição maioritariamente favorável ao Executivo” (Reis & Nunes, 1994: 400).

A lei foi ainda fortemente criticada pelos operadores das rádios piratas, por prever o encerramento das emissões, sem data prevista de retoma, enquanto durasse o período de licenciamento. Até ao dia 24 de dezembro desse ano, todas as rádios teriam de cessar a sua emissão para, explicava-se no preâmbulo do Decreto-Lei 338/88, não condicionar a independência da comissão consultiva que iria proceder à atribuição de licenças no âmbito do concurso público. As emissoras alegaram que o processo de licenciamento, para além de impor um pesado custo financeiro, iria pôr em causa contratos salariais e compromissos publicitários assumidos. A medida foi, eventualmente, acatada, mas não sem protesto. A 17 de novembro, mais de 200 emissoras participaram numa transmissão em cadeia, a partir dos estúdios da TSF em Lisboa, de uma programação de protesto onde foram convidados a intervir deputados da Assembleia da República.

Apesar das críticas e dos protestos, o processo de legislação avançou. As rádios piratas calaram-se e, a partir do primeiro trimestre de 1989, começaram a ser atribuídos alvarás. A comissão consultiva propôs ao governo a atribuição de 365 frequências no continente. O Executivo começou a licenciar as rádios locais a partir de março de 1989, autorizando 314 estações a emitir. Num primeiro momento, este processo gerou forte controvérsia “devido aos critérios de escolha dos candidatos às mais importantes frequências das principais cidades” (Reis & Nunes, 1994: 400). Muitas estações que se viram preteridas no concurso público protestaram contra os procedimentos adotados e algumas seguiram mesmo para a via judicial. Como explica Bonixie (2012: 324), “à semelhança daquilo que se verificou noutros países europeus, também em Portugal foi mais fácil criar uma estrutura, ganhar audiência do que obter a tão desejada licença para emitir”.

É neste contexto conturbado de legalização que ocorre um episódio muito revelador do impacto e mesmo poder das rádios locais. A cerca de 15 dias da emissão em cadeia de protesto pelas condições de licenciamento, enquanto se aguardava o início de processo de atribuição de frequências, a Rádio Braga decide pôr em antena um programa de homenagem a Orson Welles, no dia em que se comemoravam 50 anos sobre a emissão que pôs em pânico milhares de norte-americanos. Num domingo de manhã, a 30 de outubro de 1988, a estação pirata do Minho pôs os marcyanos a aterrar em Cabanelas, uma localidade próxima do centro da cidade, e desencadeou uma reação de medo que iria percorrer o mundo.

De A Guerra dos Mundos de OrsonWelles ao dia em que os marcianos chegaram a Braga

O romance de ficção científica *A Guerra dos Mundos*, de Herbert George Wells, é provavelmente uma das referências mais importantes da ficção moderna do final do século XIX. Lançada em 1898, num contexto de florescimento da literatura fantástica, esta obra haveria de notabilizar não apenas o escritor britânico como também, 40 anos depois, a história da rádio, tendo inclusive inspirado a realização de um filme de Steven Spielberg com o mesmo nome em 2005.

Já em *A máquina do tempo*, de 1895, Wells tinha sido bastante inventivo ao propor pela primeira vez numa obra literária a ideia de ser possível viajar no tempo. Da mesma capacidade imaginativa podemos falar em *O homem invisível*, um livro de 1897, em que H. G. Wells torna o protagonista completamente invisível. Autor de várias dezenas de obras literárias, em *A Guerra dos Mundos*, H. G. Wells imaginou a invasão da Terra por marcianos que exterminam todos os humanos, locomovendo-se em máquinas com tripés metálicos e levando à evacuação da cidade de Londres. É este livro de ficção científica que inspira, em 1938, OrsonWelles a produzir, aos 23 anos de idade, uma transmissão radiofónica com o mesmo título. Havendo de ficar conhecido como o realizador de *CitizenKane*, é na rádio, portanto, que Welles se estreia na realização de produções de grande impacto público.

Em 30 de outubro daquele ano, a CBS transmite no programa *Mercury Theatre*, uma recriação da narrativa do inglês Wells que inesperadamente tumultuou a população norte-americana. Conta-se que um em cada cinco ouvintes não reconheceu a narrativa como tratando-se de uma representação dramática e que, por isso, uma parte da audiência acreditou efetivamente que o mundo estaria a ser invadido por seres provenientes de Marte (Meditsch, 1998). No dia seguinte, o jornal *DailyNews* resumiria em manchete o resultado do programa desta forma: “Guerra falsa na rádio espalha terror nos Estados Unidos”.

O tom jornalístico da dramatização radiofónica, o facto de se tratar da véspera do Halloween e um “contexto histórico carregado de tensões” (Meditsch, 1998) contribuíram para que este tenha sido um dos episódios mais marcantes da história da rádio. De acordo com um registo da DeutscheWelle, a emissão de OrsonWelles «tinha todas as características do radiojornalismo da época, às quais os ouvintes estavam acostumados». Com efeito, a emissão do jovem produtor combinava «reportagens externas, entrevistas com testemunhas que estariam vivenciando o acontecimento, opiniões de peritos e autoridades, efeitos sonoros, sons ambiente, gritos, a emoção dos repórteres e comentaristas»³.

Na primeira edição de *Rádio e Pânico: A Guerra dos Mundos 60 anos depois* (1998), vários autores analisam as razões por que o programa de Wells terá sido tão credível. Por um lado, o facto de toda a década de 1930 ter sido marcada por várias notícias surpreendentes. Nilson Lage refere-se, no prefácio deste livro de edição brasileira, à grande depressão de 1929, aos *gangsters* e o *newdeal*, à espetacularidade dos média, sobretudo do rádio e do cinema falado e a ameaças políticas que vão desde o comunismo à antecipação da guerra fria (1998: 14-5), tendo tudo isto tornado verosímil uma suposta invasão marciana da Terra como mais uma tragédia a assolar a sociedade americana. Adriana Duval (1998: 41-42), por seu turno, anota o recurso a testemunhos e ao relato jornalístico como um dos fatores que muito contribuíram para a confusão entre informação e ficção. A estas condições ter-se-á juntado o efeito de momentos de silêncio e artifícios sonoros que animaram a imaginação do público. Também num estudo de 1966 publicado sob o título *InvasionfromMars: a studyonthe psychologyofpanic*, HadleyCantrilreconhecia que o que as pessoas ouviram era tão realista que a sua capacidade crítica foi francamente inibida.

Como menciona John Flynn, em *War of the Worlds: from Wells to Spielberg*, o argumento da peça produzida por Orson Welles foi reescrito e reemitido noutros países “com um sucesso similar” (2005: 43). Lembra o autor a emissão de 1944, no Chile, que mobilizou inclusive tropas, assim como a de 1949, em Quito, no Equador, que levou até os ouvintes a incendiar a estação de rádio. Na década de 1950, outras experiências são também conhecidas, sobretudo por ocasião dos 25 anos da transmissão de 1938. Diz Flynn, no entanto, que “nenhuma teve o impacto do original de Welles e dos atores do Mercury Theatre” (2005: 44).

Também em Portugal a peça de Orson Welles foi retomada pelo menos três vezes. A primeira aconteceu em junho de 1958 aos microfones da Rádio Renascença, embora tenha sido abortada mesmo antes do fim da emissão. Em 1988, duas outras transmissões encenam a ficção de H. G. Wells. Uma delas em Palmela e a outra em Braga, esta última a mais estrondosa no contexto português. É, pois, a esta emissão da Rádio Braga, de 30 de outubro de 1988, que nos referimos especialmente neste artigo, tomando-a como pretexto para refletir sobre o papel das rádios locais na vida das comunidades e sobre as potencialidades do som para construir realidades imaginadas.

Procurando reconstruir a história de um episódio insuficientemente documentado do ponto de vista académico, a investigação que suporta este texto recorreu essencialmente a dois tipos de fontes: orais e escritas. Assim, foi recolhido o testemunho de colaboradores da Rádio Braga, à época da emissão, em contexto de entrevistas semi-estruturadas. Foi ainda realizada a análise de dados documentais, como notícias publicadas nos principais periódicos da época, um livro editado por um dos intervenientes na emissão, e documentos relativos ao processo de licenciamento da Rádio Braga, nomeadamente aos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo. Finalmente, foi também considerado o registo sonoro da emissão em causa, para sua caracterização e contextualização.

Com o intuito de reencontrar a memória viva de alguns dos protagonistas envolvidos na produção de “Os marcianos em Braga”, foram ouvidos três colaboradores daquela estação de rádio José António Pedro, Paulo Sousa e Costa Guimarães através do método de entrevista semidirigida. O objetivo desta auscultação foi recuperar a narração da iniciativa da Rádio Braga, permitindo ao mesmo tempo que os interlocutores exprimissem “as suas percepções (do) acontecimento e (da) situação, as suas interpretações (e) as suas experiências” (Quivy & Campenhoudt, 2005: 192).

No que respeita à leitura da imprensa da época, os jornais consultados correspondem aos de maior expressão local, regional e nacional no final da década de 1980, a saber, *Correio do Minho*, *Diário do Minho*, *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto*, *A Capital*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *Expresso*. Foi também examinado o relato intimista dos acontecimentos feito por um dos intervenientes (o autor da ideia e da adaptação do texto), publicado no livro *Os Marcianos em Braga – Uma História de Rádio*, em 1989, pelas Edições do Litoral. Embora comprometidos com a experiência daquela emissão, os relatos registados e analisados por esta investigação dão conta não apenas de um episódio caricato que resulta da grande força imaginativa da palavra radiofónica como também da proximidade das populações a uma estação que a Justiça haveria de classificar, no processo de licenciamento, como ‘Aceitável’ em termos de viabilidade económica, ‘Razoável’ no que se refere à programação, ‘Suficiente’ em informação e ‘Boa’ na parte cultural⁴.

À semelhança do que se verifica na grande maioria das rádios locais e piratas, a história da Rádio Bragança está bem documentada e não é fácil encontrar apontamentos que registem a sua atividade. De acordo com as informações recolhidas, pode situar-se o seu aparecimento em 1985, ainda que o mês concreto não tenha sido identificado com exatidão. É precisamente este período

que a literatura identifica com o início da explosão, consolidação e aprofundamento dos projetos de rádios piratas. Num primeiro momento, de acordo com os testemunhos recolhidos, a Rádio Braga parece ser um espaço de amadores, que vive do voluntarismo, boa vontade e entusiasmo dos colaboradores, à semelhança do que acontecia, aliás, com quase todos os projetos de rádios livres desta altura. Costa Guimarães, que trabalhou na estação no setor da informação, caracteriza a sua experiência como a de um vício, o “vício da rádio”. Paulo Sousa, por seu lado, descreve a sua participação no projeto como “uma das melhores experiências” que teve no meio rádio. José António Pedro também refere a sua presença na rádio como uma paixão, que, numa fase inicial, não correspondia a qualquer retribuição monetária. Animador das manhãs da rádio, entre as 7h00 e as 10h00, era ainda ele que ligava o transmissor quando chegava à estação e, muitas vezes, adquiria com seu próprio esforço os discos que passava em antena. Era a oportunidade, diz, de pôr no ar novidades, músicas que por vezes ia então adquirir à vizinha Galiza.

Mas, como aconteceu com a maior parte das rádios piratas, também esta estação de Braga regista uma evolução no sentido da consolidação e tenta projetar-se com uma vocação mais profissional. O momento desta aposta, procurando, nomeadamente, tornar a rádio mais competente do ponto de vista da informação, parece acontecer por volta de 1987. Costa Guimarães, então jornalista correspondente em Braga para o jornal Comércio do Porto, entra na estação nesse ano para responder a uma lacuna sentida a nível da informação. Também o jornalista Paulo Sousa, que já tinha estado em outra rádio pirata de Braga (a Antena Minho Rádio 2000) e na redação local da Rádio Renascença, situa a sua entrada na Rádio Braga em 1986/87, num período em que trabalhava simultaneamente no jornal Correio do Minho.

Para além da animação musical e de programação cultural, a Rádio Braga, tal como a maioria das rádios locais, tinha uma forte presença local, a nível da cobertura do desporto e dos serviços informativos, entrevistando regularmente personalidades da cidade e da região. Proporcionava momentos de leitura de prosa e de poesia e tinha outros programas de índole cultural, em que convidava os ouvintes à participação. Chegou a fazer emissões fora da estação, deslocando-se para junto das populações mais rurais. Sinal da sua penetração na cidade e nos hábitos dos ouvintes, o investimento publicitário chegou a ser muito relevante, com marcas de significativa implantação no mercado a patrocinar algumas franjas da programação.

Não obstante não ser possível avaliar os níveis de audiência da Rádio Braga, porque na década de 1980 não eram ainda conhecidos em Portugal estudos de receção dos meios audiovisuais, conta-se que, pelo menos aparentemente, esta emissora registava um alto índice de sintonia. As transmissões desportivas e a aposta na informação local terão feito desta rádio um meio particularmente útil no contexto de Braga, ao ponto de ser numerosas vezes citada como fonte de informação da imprensa regional e nacional.

Para além desta componente informativa, a Rádio Braga apostava na divulgação de música de referência, mas não tinha propriamente uma programação cultural que correspondesse ao género dramático em si mesmo. Programada, portanto, pontualmente para assinalar o 50º aniversário da emissão de *A Guerra dos Mundos*, a encenação da chegada dos marcianos a Braga realiza-se por proposta de José Manuel Coelho, um professor do ensino secundário que sugere à direção da rádio a preparação de uma emissão especial. De acordo com a narração feita pelo próprio no livro *Os marcianos em Braga*, publicado um ano depois, a ideia foi envolta num carácter sigiloso assente “na intenção de salvaguardar a eventual exclusividade da ideia” e “no desígnio de conseguir junto do público um impacto e uma receptividade maiores”, embora fosse “difícil acreditar que a credence e a impreparação das populações fossem tão desmesuradas” (1989: 19).

Por aproximação com a peça de OrsonWelles, o guião da peça assumia um tom jornalístico, razão pela qual se sentiu ser necessário “colocar uma voz no programa que, publicamente, representasse a imagem da verdade, da inquestionável verdade dos factos” (Coelho, 1989: 16). É nesse contexto escolhida a voz do jornalista Costa Guimarães para interromper a emissão do programa “Encontro às Dez” (conduzido habitualmente por Ferreirinha Antunes) com a suposta apresentação de uma notícia de última hora. A partir do estúdio Costa Guimarães passa assim a conduzir a emissão, ora dando voz ao repórter que, em Cabanelas, relata a presumida chegada de marcianos com a seguinte descrição: “Um enorme objecto, cinzento escuro, de forma mais ou menos cilíndrica, está espetado no solo, obliquamente, tendo feito uma cratera enorme em seu redor, não exagerando se afirmar que tal fosso terá à volta de 30 metros de diâmetro”. (Coelho, 1989: 100).

O relato, gravado previamente, é intercalado com inúmeros efeitos sonoros e com inter-pelações do jornalista que, a partir do estúdio vai fazendo a mediação entre o repórter e o estúdio. A emissão é ainda enriquecida com supostos testemunhos de populares que descrevem a cena e que são encenados por dois trabalhadores da rádio, “com vozes acentuadamente rústicas” para emprestarem “maior credibilidade à intriga” (Coelho, 1989:21). Esta encenação de *A Guerra dos Mundos* foi para o ar num domingo de manhã, entre as 10h00 e as 11h00, um domingo de outono invernos, com muita chuva e nevoeiro intenso. No mesmo dia 30 de outubro, a Cruz Vermelha realizava um simulacro na Avenida da Liberdade, razão pela qual o centro da cidade de Braga se enchia de carros de socorro e de aparatosos movimentos tão simulados quanto a emissão da Rádio Braga.

De acordo com o relato dos colaboradores, foi esta conjugação de fatores que deu à peça uma dimensão inesperada e promoveu tão grande adesão dos ouvintes à imaginada invasão da Terra por marcianos. O fenómeno foi além do expectável. As forças de segurança pública mobilizaram-se, a população entrou em pânico e, num fenómeno de histeria coletiva, alguns terão mesmo fugido da cidade, fazendo filas nas estações de serviço para abastecer o carro às vezes ainda de pijama, outros escondendo-se nas tampas de saneamento. Ouvida hoje à distância de 25 anos, a emissão denota alguns artificialismos, sobretudo de falas menos espontâneas. No entanto, esta teatralização terá mesmo sido assumida como verídica por outras estações de rádio que, ao que se conta, terão retransmitido pelo menos em parte a narração da pretensa aterragem de marcianos na planície de Cabanelas, às portas de Braga.

Ainda que a uma escala obviamente distinta, como havia acontecido em 1938, pessoas que ouviam a emissão da Rádio Braga naquela manhã telefonaram insistentemente para a estação para confirmar a notícia. Quando se generalizou a percepção de que se tratava apenas de uma encenação, alguns populares ter-se-ão revoltado e manifestado violentamente junto às instalações da emissora. O anúncio feito em vários jornais⁵ antecipando a emissão não terá sido suficiente para alertar todo o auditório sobre o caráter fictício da transmissão. Se hoje as consequências do episódio configuram um capítulo humorístico da história da rádio em Braga, na altura os efeitos provocados na sociedade bracarense como na imprensa adquiriram contornos sérios. Conta-se que o comandante da Região Militar Norte chegou mesmo a telefonar à rádio dando ordem de prisão ao diretor que terá sido levado, juntamente com as cassetes da gravação, pela Polícia Judiciária. Para além disso, no dia seguinte, os jornais de todo o país encheram-se de notícias que terão sido, contam os colaboradores da Rádio Braga ouvidos nesta investigação, motivo de embaraço público para a cidade. A maioria dos títulos da imprensa portuguesa remete para a ideia de que “Homenagem a OrsonWelles provocou pânico em Braga” (O Primeiro de Janeiro,

31/10/1988). A palavra pânico está, na verdade, em praticamente todos os jornais, tendo o jornal A Capital sido um dos mais enfáticos, ao colocar em título “‘Guerra dos Mundos’ volta a aterrorizar” (A Capital, 31/10/1988).

O mesmo tom adotou a imprensa internacional que também noticiou o episódio. Um pouco por todo o mundo, os jornais estrangeiros seguem a mesma linha de informação. O jornal O Globo, do Rio de Janeiro, contava que “‘Invasão marciana’ assusta portugueses”. Na República Dominicana reconhecia-se em título que a “Emissão ainda causa pânico”. Em Nova Iorque referia-se em ‘Notas Europeias’ uma “Saga Espacial em Braga” (Time, 14/11/1988). No Oriente conta-se que “Nova emissão de ‘A Guerra dos Mundos’ desencadeia pânico” (South China MorningPost, 1/11/1988). Embora o registo adotado pelos jornais tenha sido tendencialmente imparcial, de acordo com Costa Guimarães, a projeção mediática desta celebração do 50º aniversário da emissão de OrsonWelles deixou marcas embaraçosas naqueles que colaboraram na encenação, não apenas pelas reações do público, mas também por, do ponto de vista ético, se ter comprometido a fronteira que deve separar a informação da ficção.

Considerações finais

Menos de dois meses depois do episódio de *A Guerra dos Mundos*, a Rádio Braga encerra as suas emissões, dando seguimento ao determinado no processo de licenciamento. Candidata a uma das três frequências a ser atribuída na cidade, a Rádio Braga não foi, contudo, licenciada, o que não deixa de evidenciar as fragilidades e contradições do processo de atribuição de alvarás na radiodifusão local. Se há conclusão a retirar do episódio dos Marcianos em Braga é o testemunho da forte implantação da emissora na cidade e arredores. Apesar de indevida neste caso em concreto, a credibilidade da estação que é aqui também evidenciada de forma clara, mostrando o seu papel indelével na construção do imaginário social.

A decisão de não licenciamento foi recebida como “um murro no estômago”, para Paulo Sousa. Outras emissões foram contempladas com o alvará: a Antena Minho, a Rádio Universitária do Minho e a RTM. O que levantou a questão: o que levou o concurso público a consagrar a RTM, uma rádio que não tinha história em Braga por ter começado as emissões pouco antes do processo de licenciamento, e a negar a Rádio Braga? A politização do processo é a percepção dos colaboradores da rádio ouvidos no contexto da investigação que suporta este artigo. A independência, influência e poder da emissora – demonstrado no episódio da transmissão da peça de OrsonWelles – poderá ter assustado as personalidades da região, da área da política e da religião, que terão então pressionado no sentido do seu não licenciamento.

A prova de que o processo não foi claro nem evidente é que a empresa proprietária recorreu para a via judicial e viu deferida, em sede do Supremo Tribunal Administrativo, a sua pretensão de anular o despacho que consagrou o resultado do concurso público para a cidade de Braga. Uma sentença que acabou por não ser executada, por aparente falta de vontade da empresa proprietária da emissão e que tinha interposto o recurso.

O que o episódio Marcianos em Braga tem de particular é o facto de o seu impacto pôr em evidência o carácter intrinsecamente local destes projectos piratas e a importância que assumiam junto das comunidades. É a história a produzir prova de que a rádio local é essencial no tecido social e político, devendo por isso ser salvaguardada através de medidas específicas de anticoncentração na defesa da diversidade e pluralismo nos média (EvensandPaulussen, 2012). O seu papel na informação local e na melhoria das condições sociais e económicas (Starkey, 2013) é um dos principais argumentos, estratégicos, políticos e científicos, em defesa das iniciativas locais de radiodifusão. Não obstante os problemas de viabilidade financeira de muitas

emissoras locais, nestes projetos reside em parte o ideal de proximidade que caracteriza o panorama mediático nopós-comunicação de massas.

Correspondendo na linha da sociologia de Maffesoli a uma espécie de ‘organização tribal’ do espaço sonoro, a paisagem radiofónica local funda-se num princípio de criação de laços. Há entre o profissional de rádio e a audiência uma relação que se estabelece na base da intersubjetividade, lá onde os laços entre locutor e ouvinte são a origem da comunidade (Oliveira, 2013:186). É nestas condições privilegiadas de uma relação de identidade e partilha que a palavra e o som manifestam uma aptidão performativa para criar mundos imaginados.

Referências

- Arboledas, L.&Bonet, M. (2013), Radio on the Iberian Peninsula: autarky, revolution and convergence, *International Communication Gazette* 75(2): 205-224
- Azevedo, A. P. (2001), As Rádios locais no pós-25 de Abril. In Para a História da Rádio em Portugal, dir. F. R. Cádima, *Revista do Obercom – Observatório da Comunicação*
- Bonixe, L. (2003), As rádios locais em Portugal: Informação e função social -Uma análise dos noticiários das rádios do distrito de Setúbal, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Nova de Lisboa.
- Bonixe, L. (2012),As rádios locais em Portugal – da génese do movimento à legalização, *Estudos em Jornalismo e Mídia*9 (2): 313-325
- Cantril, H. (1966), *Invasion from Mars. A study on the psychology of panic*.Princeton: PrincetonUniversityPress
- Coeelho, J. M. (1989).Os marcíanos em Braga (Uma história de rádio). Porto: Edições do Litoral
- Dalle, M. (2006),Lesradios libres, utopie ‘deleuzoguattarienne’, *French Cultural Studies*17(1): 055–072
- Duarte, F. B. (2005), Informação de proximidade – rádios e jornais, Lisboa: Âncora Editora
- ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2009), Caracterização do sector da radiodifusão local, Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Evens, T. e Paulussen, S. (2012) Local radio in Europe: policy options for a sustainable sector. In *Media, CultureandSociety*, 34 (1): 112-121
- Flynn, J. L. (2005), *War of the Worlds. From Wells to Spielberg*. New York: Wendy Bush
- Hoeven, A. van der (2012),The popular music heritage of the Dutch pirates: illegal radio and cultural identity, *Media, culture & Society*, 34(8) 927–943
- Krasner, S. D. (1991),Global Communications and National Power: Life on the Pareto Frontier, *World Politics*43 (3): 336-366
- Marcos, L. H. (1989), A radio local – a lei e a realidade, *Cadernos de Jornalismo*, n.º 6, Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- Meditisch, E. (ed.) (1998), *Rádio e Pânico: a Guerra dos Mundos 60 anos depois*. Florianópolis: Editora Insular
- Mesquita, M. (1994), Os meios de comunicação social – o universo dos media entre 1974 e 1986. In *Portugal 20 anos de democracia*, Coord. A. Reis, Lisboa: Círculo de Leitores
- Oliveira, M. (2013) Sounds and identity.The role of radio in community building.In *Radio.Community. Challenges.Aesthetics*.Grazyna, S. (ed.). Lublin: Maria Curie-Sklodowska University Press (177-188)
- Quivy, R &Campenhoudt, L. V. (2005), *Manual de investigação em Ciências Sociais* (4ª Edição), Lisboa: Gradiva.
- Rabaça, C. E. G. (2002), *O regime jurídico-administrativo da concentração dos meios de comunicação social em Portugal*, Coimbra: Almedina.

- Reis, A. & Nunes, J. M. (1994), Os meios de comunicação social – breve síntese sobre a evolução dos média no período 87-94, In Portugal 20 anos de democracia, Coord. A. Reis, Lisboa: Círculo de Leitores
- Santos, R. (2008). Rádios locais em Portugal, 2000-2004. In Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI, Org. M. Pinto & S. Marinho, Porto: Campo das Letras.
- Sousa, H. (1999). The liberalisation of media and communications in Portugal. Available at: www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2%4sousa-helena-liberalisation.html
- Starkey, G. (2012), Live and local no more? Listening communities and globalising trends in the ownership and production of local radio, Radio Evolution: ECREA Conference Proceedings, Braga: Communication and Society Research Centre
- Theodosiadou, S. (2012), Pirate radio in the 1980s: a case study of Thessaloniki's pirate radio, The Radio Journal – International Studies in Broadcast and Audio Media 8 (1): 37-49

(Endnotes)

- 1 <http://expresso.sapo.pt/media-nova-lei-da-radio-esta-a-calar-as-rádios-locais=f733465>
- 2 <http://www.jornalistas.eu/?n=8941>
- 3 In <http://www.dw.de/1938-p%C3%A2nico-ap%C3%B3s-transmiss%C3%A3o-de-guerra-dos-mundos/a-956037-1>
- 4 Ver Acórdão de 21 de maio de 1991 do Supremo Tribunal Administrativo.
- 5 Vários jornais noticiaram por antecipação a emissão da Rádio Braga. Genericamente, a notícia publicada no Correio da Manhã, no Jornal de Notícias e n' O Primeiro de Janeiro, no próprio dia 30 de outubro de 1988, informava o seguinte: "A rádio Braga assinala, hoje, os 50 anos da peça radiofónica 'Guerra dos Mundos' de Orson Welles. No seu programa 'Encontro às Dez' será feita uma emissão especial que, eventualmente, poderá impressionar alguns ouvintes."

